



EDUCAÇÃO: VISÃO PANORÂMICA MUNDIAL E PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA LATINA

Ernâni LAMPERT *

RESUMO

Neste artigo, dividido em duas partes distintas, mas interligadas entre si, é abordada uma problemática de capital importância no atual contexto político, econômico, social e cultural. O autor, num primeiro momento, baseado em dados do Fórum Mundial sobre a Educação - Dacar, Senegal, realizado de 26 a 28 de abril de 2000, apresenta uma visão panorâmica da realidade e dos desafios da educação na África subsaariana, países da Ásia e Pacífico, Estados Árabes, nos países mais povoados do mundo, América do Norte e Europa e países da América Latina e Caribe. Esta sinopse permitirá ao leitor visualizar a educação da América Latina dentro do quadro mundial. Num segundo momento, conforme a ótica de diferentes pensadores, analisam-se as perspectivas da educação no século XXI e se apresentam, a modo de conclusão, alguns encaminhamentos necessários para redimensionar e melhorar o nível educacional do povo latino-americano.

Palavras-chave: educação, América Latina, século XXI.

EDUCAÇÃO: UMA VISÃO PANORÂMICA MUNDIAL

O pós-modernismo, período caracterizado por inovações e rápidas mudanças em praticamente todos os setores produtivos da sociedade, está afetando a vida de um grupo significativo da população – aquela que tem acesso aos bens produzidos pelo trinômio ciência, tecnologia e informática. Por outro lado, mantém quase inalterada a vida cotidiana da maioria da população do planeta Terra. Se, de um ângulo, a ciência, a tecnologia e a informática auxiliaram e estão auxiliando mais ou menos um terço da população a viver melhor, mais confortavelmente e aumentar a esperança de vida, dois terços, a cada dia, vêm suas condições básicas da vida deterioradas e pioradas. Esse fenômeno ocorre tanto nos países industrializados como nos países que estão em vias de desenvolvimento, porém esta é uma característica marcante nos países chamados de terceiro mundo: África subsaariana, Ásia meridional, países árabes e países latino-americanos e Caribe.

* Doutor em ciências da educação; professor adjunto da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: deccel@furg.br

Sabe-se que a economia global é profundamente assimétrica. Desaparece a fronteira norte-sul, porém a diferença de crescimento econômico, capacidade tecnológica e condições sociais entre zonas do mundo aumentam a cada instante e criam um hiato ainda maior entre os países. A globalização redesenhou o mapa econômico do mundo. Novos centros de crescimento afloraram. Por outro lado se marginalizaram política e economicamente regiões inteiras. A globalização é um processo desigual, acompanhado do fracionamento e marginalização, não somente nos países pobres, mas também nos países industrializados e ricos.

O cenário promissor e de pessimismo é o retrato do quadro político, econômico, social e cultural atual. A educação, alavanca indispensável no processo de desenvolvimento, tem sua importância desdobrada. Teoricamente é a alternativa mais viável de elevar o nível tanto pessoal como social da população. A educação, aparelho ideológico do Estado e da classe poderosa e dominante, ao longo de toda a história serviu para acentuar e aumentar os hiatos entre os ricos e os pobres. Os países da Europa estão seguros de que, para continuar sendo um ponto de referência no mundo, devem investir no conhecimento, porque a educação é de uma importância abrumadora no momento de determinar a posição de cada país na competência global. Seguindo esta linha de pensamento, Korsgaard (1997) diz: a educação, que até há pouco tempo estava ligada a uma certa fase da vida, agora se converteu em uma necessidade que cobre toda a vida. Isto implica que todo um lapso de vida, em que não se havia dado prioridade às políticas educacionais, se volta agora à pedra angular no processo de renovação da sociedade. A educação de adultos é agora parte da educação contínua e de aprendizagem, ao longo de toda a vida.

O Fórum Mundial sobre a Educação, celebrado de 26 a 28 de abril de 2000, em Dacar, Senegal, adotou o Marco de Ação de Dacar -

Educação para Todos. Esse marco baseia-se no mais amplo balanço da educação básica realizado até agora. Retrata os avanços que cada país obteve na educação básica. Os resultados apresentados nas seis conferências celebradas: em Johannesburgo (1999); Bangkok (2000); Cairo (2000), Recife (2000), Varsóvia (2000) e Santo Domingo (2000) mostram a realidade de cada país e região e a situação em nível mundial. O Marco de Ação de Dacar, consequência da Conferência Mundial sobre Educação celebrada em 1990, em Jomtien, representa um compromisso coletivo dos governos dos países em cumprir os objetivos e as finalidades da educação para todos.

Na África subsaariana a educação para todos ainda é uma utopia. Nos últimos anos, quase um terço dos países foram devastados pela guerra e pelos conflitos civis. Os desastres ecológicos, os ajustes econômicos severos, a carga com a dívida, a desorganização na administração pública, a corrupção, a pandemia do HIV/AIDS são fatores que dificultam o progresso. Somente uns dez países conseguiram a educação primária universal. Os programas para primeira infância são escassos e sinalizados nas zonas urbanas. Cerca de 50% das crianças estão fora da escola. O abandono escolar está aumentando por diferentes motivos: guerras, custos elevados da educação, crianças obrigadas a trabalhar e falta de infra-estrutura básica. É necessário considerar que, na nova divisão internacional do trabalho, a África já não é um continente dependente senão estruturalmente irrelevante desde o ponto de vista do sistema. Em determinadas zonas da África, existem sociedades regidas pelo princípio da tradição, onde mudanças podem colocar em perigo a convivência, os fundamentos da produção e a ordem social. Assim, a educação tem uma escassa razão de ser. A imitação da ação e as atitudes se constituem no fundamento da aprendizagem. Os ministros da educação, representantes da sociedade civil e organismos internacionais para o desenvolvimento,

reunidos em Johannesburgo, no final do século XX, renovaram o compromisso “Educação para o Renascimento da África no Contexto de uma Economia, uma Comunicação e uma Cultura Mundializada”.

Países da Ásia e do Pacífico, durante a conferência sobre avaliação, em 2000, em Bangkok, consideraram que a educação, que é um direito fundamental, deve ser garantida a todas as pessoas, especialmente aos mais desprotegidos e excluídos. Os principais desafios a serem enfrentados referem-se às disparidades crescentes dentro dos países, particularmente uma brecha persistente entre os centros urbanos e as zonas rurais; a discriminação contra as meninas, especialmente na Ásia Meridional; o alto índice de retenção; deficiências nos orçamentos da educação nacional; deficiência na identificação, aperfeiçoamento e expansão das melhoras práticas na educação básica; dificuldades para reformar os currículos de modo que possam atender aos desafios e necessidades dos jovens da região; falta de dados estatísticos confiáveis; falta de capacidade para avaliar os problemas educacionais; insuficiência de meios para avaliar o rendimento e o êxito na aprendizagem. A partir dos principais desafios, os países da Ásia e do Pacífico estabeleceram as seguintes estratégias: - investimento e mobilização de recursos; - um novo “espaço” para a sociedade civil; - educação e eliminação da pobreza; - aproveitamento imparcial das novas tecnologias; - desenvolver a autonomia de professores primários e animadores pedagógicos; - reforma da gestão educacional; - integração de atividades de desenvolvimento; - intercâmbio de informações, experiências e inovações.

Os progressos alcançados nos países árabes no final do século XX, ainda que tendo em conta os esforços dos Estados, foram abaixo das expectativas. A pobreza, o desemprego, a violência, os conflitos, a marginalização, as diferenças entre os gêneros e o nomadismo impediram êxitos na educação, que é a consequência do contexto político, econômico,

social e cultural. Na educação da primeira infância, de modo geral, pode-se evidenciar uma melhora nos índices de matrículas nos anos 90. Dez Estados mostraram uma taxa inferior entre os 13% e 50% e somente dois Estados (Líbano e Kuwait) alcançaram índices superiores a 70%. A educação primária obteve os maiores avanços, mesmo que os índices de matrícula bruta do Djibuti, Mauritânia, Sudão e Iêmen sigam baixos (cerca de 72%). É oportuno registrar que a Mauritânia e o Sudão têm realizado enormes progressos nos últimos anos. As diferenças entre as zonas rurais e urbanas e da participação da mulher na educação primária continua sendo um obstáculo. Estima-se que existam 68 milhões de analfabetos (63% são mulheres). Egito, Argélia, Marrocos, Sudão e Iêmen repartem-se em 70% desta cifra. O analfabetismo é um subproduto negativo de uma educação primária insuficientemente estendida no passado. A formação de professores é outro problema que os Estados Árabes necessitam enfrentar. Um percentual pequeno de professores possuem o diploma mínimo exigido para a tarefa docente.

Entre os representantes dos países do Grupo E-9, os mais povoados do mundo, onde habita mais de 50% da população mundial (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão), existe um consenso sobre os êxitos registrados durante os últimos anos no âmbito da educação. Entre os êxitos alcançados está a maciça redução do analfabetismo de adultos; o aumento substancial dos serviços educativos pré-escolares; o adiantamento significativo da educação básica universal; a maior equidade a respeito de sexo no acesso à escola; a descentralização dos serviços educativos; o desenvolvimento do marco curricular; a utilização da educação à distância para a expansão do aprendizado e a formação de professores; o adiantamento no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais no conjunto das escolas. É possível evidenciar os progressos alcançados, porém os

desafios persistem e necessitam de respostas. Assim, são imprescindíveis ações concretas para combater o elevado número de analfabetos em alguns países; facilitar o acesso à educação em zonas remotas e inacessíveis; expandir os serviços da educação da primeira infância; melhorar a qualidade e o rendimento da aprendizagem. Para responder satisfatoriamente aos grandes desafios, é necessário um desenvolvimento social e econômico com igualdade mediante uma educação de qualidade para todos; uma participação efetiva dos distintos segmentos sociais em todo o processo educativo; adoção de métodos de ensino mais recentes, baseados em uma tecnologia mais moderna, e principalmente a solidariedade internacional com apoio técnico e financeiro.

A realidade no continente europeu é diferente. A maior parte dos países têm em comum uma tendência demográfica à diminuição. Esse fenômeno faz com que aumente a importância da qualidade da educação em todos os níveis e a necessidade de uma educação permanente. O ensino primário e o primeiro ciclo de ensino secundário são praticamente universais. Na parte oriental do continente europeu, a realidade educacional é diferente em relação à parte ocidental. Em função das recentes transformações do sistema político e econômico, na maioria dos casos, evidencia-se uma redução de gastos com educação; uma danificação das condições de trabalho docente; uma desvalorização dos salários dos professores e o aumento das desigualdades sociais. Nos países da Europa Central e Oriental, o aumento do índice de abandono escolar, a escassa motivação de alguns alunos, o rendimento inferior de alunos mais desfavorecidos, a degradação, a violência e o surgimento de fenômenos de exclusão social são alguns aspectos que prejudicam a educação. De maneira geral, os países da América do Norte e Europa conseguiram superar os principais problemas da educação infantil, primária e secundária, acabando com o analfabetismo e investindo na formação de

professores. No contexto atual, é imprescindível renovar esforços a fim de combater o racismo, o etnocentrismo, o anti-semitismo e a xenofobia – fenômenos tão comuns em países desenvolvidos.

Reunidos em Santo Domingo de 10 a 12 de fevereiro de 2000, os países da América Latina, Caribe e América do Norte avaliaram os progressos alcançados na região e renovaram o compromisso da Educação para Todos para os próximos quinze anos. O marco de Ação Regional comprometeu-se a eliminar as injustiças ainda existentes e contribuir para que todos possam contar com uma educação de qualidade. Muitos foram os êxitos alcançados na última década na região: aumento na educação da primeira infância – período de 4 a 6 anos; aumento significativo de acesso quase de totalidade de meninos e meninas na educação primária; ampliação dos anos de escolaridade obrigatória; diminuição da porcentagem de analfabetos e abertura e participação de fatores múltiplos. Por outro lado se faz necessária uma atenção especial para eliminar alguns temas pendentes: altas taxas de repetição e desistência; baixa prioridade da alfabetização e da educação de jovens e adultos; baixos níveis de aprendizagem dos alunos; baixo valor e profissionalismo dos docentes; baixo aumento nos recursos; insuficiente disponibilidade e utilização das tecnologias de informação e comunicação.

A modo de conclusão, é possível destacar que a avaliação da Educação para Todos em 2000 mostra avanços significativos em muitos países. No entanto, em pleno século XXI, mais de 113 milhões de crianças estão sem acesso à escola primária; existem 880 milhões de adultos analfabetos em todo o mundo e a discriminação nos gêneros continua impregnando os sistemas de educação, principalmente entre os países mais pobres. Sabe-se que no último decênio a educação avançou no plano mundial, porém as disparidades permanecem. Dados da avaliação, realizada em nível nacional, regional e mundial, indicam que em plano

mundial o número de matrículas no primário aumentou (em 1998 contou com 44 milhões a mais de crianças que em 1990). O índice geral de alfabetização de adultos passou para 85% de homens e 74% para mulheres. Ainda que quantitativamente os dados indiquem uma melhora, milhões de seres humanos estão sendo excluídos da educação e vivem em condições inaceitáveis. Somente uma decidida vontade política, sustentada por alianças de diferentes segmentos sociais, é capaz de mudar o quadro. Outro avanço significativo é que atualmente, devido às investigações em diferentes áreas do saber humano, é possível entender melhor os múltiplos fatores que influem na demanda da educação, assim como compreender as diferentes causas que excluem crianças, jovens e adultos das oportunidades de aprendizagem.

Os bons resultados obtidos no último decênio são produto de investimentos na área da educação dos países, alguns mais que outros. Geralmente os países mais adiantados, devido a ingressos proporcionalmente maiores e à conscientização de que investir em educação é a chave do processo de desenvolvimento, investem mais que os países emergentes. Estes últimos, com escassos ingressos, falta de conscientização, ausência de uma vontade política e às vezes dominados pela corrupção, deixam de aplicar em educação e tecnologia. Esta política aumenta o hiato entre os países industrializados e os em vias de desenvolvimento. Este fenômeno é evidenciado pelos dados. A população infantil é constituída por 60% de meninas que não têm acesso à educação primária. Certamente Ásia meridional e África subsaariana, onde o avanço tem sido mais difícil, apresentam maiores dificuldades. Os países da América e do Caribe, devido às diferenças regionais e de grupos sociais, baseadas na desigualdade de ingresso, ainda não conseguiram proporcionar a educação para todos.

Torres (2001), especialista em Educação Básica, Assessora Internacional em Educação

e conhecedora da realidade e dos problemas educativos de vários países, com muita propriedade ressalta que tanto nos países desenvolvidos como nos em vias de desenvolvimento, incluindo o sistema privado de ensino, a educação exige profundas transformações, novas organizações e estratégias, novas maneiras de pensar e de fazer melhorar a qualidade e a eficiência de um sistema educativo e escolar que não funciona e que demonstra ser inadequado para a grande maioria da população (crianças, jovens e pobres). Investir na melhoria deste mesmo sistema, fazê-lo às custas de uma grande dívida internacional e com qualidade sempre abaixo do exigido para garantir níveis mínimos de igualdade na oferta educativa e conseguir impactos que “fazem a diferença” entre aqueles que aprendem, é um péssimo negócio para as pessoas, os países e as agências financiadoras. O que temos pela frente é o desafio de um compromisso sério e renovado para que se construa uma educação diferente para todos, não apenas para remover a velha educação. Com a mentalidade e as estratégias tradicionais não será possível alcançar a “educação para todos” e uma educação diferente, ainda que com grande inversão de recursos, um aumento no prazo e uma pauta renovada no potencial das novas tecnologias. A única possibilidade de garantir a educação para todos é pensar de outra maneira, a partir de outras lógicas, de uma nova compreensão comum que integre educação e política, educação e economia, educação e cultura, educação e cidadania, políticas educativas e política social, mudanças na educação que venham de baixo para cima de ordem local, nacional e global. A educação para todos somente é possível a partir de uma visão ampliada e renovada da educação que volte a investir nas pessoas, em sua capacidade e potencialidades, no desenvolvimento e na sincronia dos recursos e dos esforços de toda a sociedade no desempenho comum de fazer da educação uma necessidade e uma tarefa de todos.

O SÉCULO XXI E A EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA LATINA

O desemprego, e o novo subemprego, o aumento gradual dos excluídos, dos exilados, dos imigrantes, a guerra econômica entre os países e blocos do poder, a incapacidade de dirigir as contradições do mercado liberal, o agravamento da dívida externa na maioria dos países, o comércio de armamentos, a baixa estabilidade política, a multiplicação das guerras interétnicas, o surgimento do “Estado Fantasma” – criado pela máfia e pelo cartel de drogas, são algumas características da sociedade atual. Este contexto problemático gera insegurança, incerteza e medo. A entrada do século XXI traz à humanidade contradições de todas as ordens. Se por um ângulo existe muito otimismo e esperanças pelo desconhecido, por outro ângulo as incertezas, os medos, as ansiedades ocupam a mente humana. Sabe-se que o século XXI é mais incerto para uma grande parte da humanidade que o século anterior, porque a morte do velho aniquila as velhas certezas e o novo ainda não terminou de nascer. Segundo Imbernón (1999) não há nada seguro abaixo do sol: encontramos-nos ante uma nova forma de ver o tempo, o poder, o trabalho, a comunicação, a relação entre as pessoas, a informação, as instituições, a velhice, a solidariedade.

A globalização econômica e financeira, resultado da política neoliberal imposta aos países industrializados e emergentes, exige um homem e uma mulher cada vez mais preparados para enfrentar o cotidiano familiar, social, laboral e cultural. Os avanços da tecnologia e da informática são uma força decisiva que mudou a maneira de pensar, sentir e atuar. O perfeito domínio da informática e suas aplicações é sem dúvida alguma a última tendência que invadiu o ritmo cotidiano da sociedade atual.

A tecnologia produziu e está produzindo revoluções na microeletrônica, na biotecnolo-

gia, nas informações, nas comunicações e nos transportes. Muitos autores analisam os paradoxos da tecnologia: alguns apontam as vantagens, outros os perigos da era da informática. Bohórquez (1999), analisando os paradoxos da tecnologia de ponta (microeletrônica, informática, telecomunicações, robótica e *laser*), assinala que ao mesmo tempo que os inventos tecnológicos constituem uma esperança para um mundo mais humano, garantindo um nível de subsistência para as pessoas, por outro ângulo, em nenhum momento da história tivemos um aumento tão significativo de pessoas que vivem na mais absoluta miséria, desprovidas de saúde, moradia e educação. Gómez-Bezares e Eguizábal (1999) são do parecer de que o desenvolvimento tecnológico não pode ser visto como uma ameaça. Se utilizarmos adequadamente os recursos físicos, humanos e a tecnologia que está a nossa disposição, é possível atender as necessidades básicas das pessoas no século XXI. Soares (1998) adverte que, ao mesmo tempo que estamos produzindo o progresso, também estamos ampliando os limites do terror e a extinção de tudo o que vive. Gurtner e outros (1998) pensam que o emprego da tecnologia da informação e da comunicação é uma consequência do esforço que a própria evolução impõe à sociedade e à nova maneira de viver. Os autores alertam sobre perigos das novas tecnologias no ensino, já que dificultam a formação de hábitos de estudo e provocam transformações nas práticas e funções do professorado. Lampert (2000) ressalta que no século XXI não é possível ignorar a revolução tecnológica e muito menos da Internet, paradigma tecnológico da comunicação de massas. O parecer do autor é de que se necessita aproveitar o potencial da tecnologia para atender os interesses, as peculiaridades e ritmos de aprendizagem dos estudantes, porém o emprego egoísta, abusivo e sem ética do aparelho tecnológico colaborará para a formação de indivíduos acrílicos e de um mundo desumano. Em relação a esta problemática, Torres (2000) diz que desenvolver o pensamento crítico é a razão e a missão central da educação,

educação que prepara não somente para a adaptação nas mudanças, senão também para antecipá-los e dirigi-los, e é ao mesmo tempo condição para seu próprio desenvolvimento.

A tecnologia necessita ser analisada dentro do contexto atual e sob diferentes prismas. Pedagogicamente a Internet é uma excelente ferramenta para se obter uma gama de informações, de atualização, de educação permanente e de comunicação sem fronteiras. É uma ferramenta que, se utilizada adequadamente, trará grandes benefícios aos seus usuários. Politicamente é imprescindível pensar que os neoliberais invistam muito em tecnologia sem necessariamente melhorar a qualidade de ensino. Este fenômeno privilegia os grandes conglomerados, que lucram com a venda de aparelhos tecnológicos. Outro aspecto a destacar é que a tecnologia permite reduzir os gastos com o público, com o salário dos professores. Hargreaves (2001) alerta que, ainda que os professores e as escolas sejam os agentes das mudanças na sociedade de informação, eles também são vítimas da redução de gastos com o bem público, com o congelamento dos salários, trabalhando mais e ganhando menos.

O setor quaternário ou informacional, em que a informação é a matéria-prima e o processamento destas é o fundamento do sistema econômico, é o setor que mais está se desenvolvendo na atualidade. Atualmente as pessoas que não possuem as competências para criar e tratar a informação ficam excluídas do processo produtivo. De acordo com Flecha e Tortajada (1999), a sociedade informacional requer uma educação intercultural quanto aos conhecimentos e os valores, assim como a vontade de corrigir a desigualdade das situações e as oportunidades.

No contexto atual, em que a informação é a base de tudo e a escola não está mais apta a atender as exigências de uma sociedade inconstante, a transformação da escola na comunidade de aprendizagem é uma resposta

à atual transformação social. Na comunidade de aprendizagem, todos os recursos educativos e culturais de uma comunidade geográfica e social são articulados e aproveitados para atender as necessidades básicas de aprendizagem de seus membros: crianças, jovens, idosos, famílias. Segundo Imbernón (2001) a educação no futuro não está tanto nos professores, mas no apoio da comunidade. De acordo com Flecha e Tortajada (1999), as comunidades de aprendizagem partem de um conceito de educação integrada, participativa e permanente. Integrada porque baseia-se na atuação conjunta de todos os componentes da comunidade educativa, sem nenhum tipo de exclusão e com a intenção de oferecer respostas às necessidades educativas de todo os discentes. Participativa porque na atual sociedade recebemos constantemente, de todas as partes e em qualquer idade, muita informação, cuja seleção e processamento requer uma formação continuada. Segundo Torres (2001), a utilização de comunidades de aprendizagem implica: adotar como exemplo mais a aprendizagem que a educação; assumir que toda comunidade humana possui recursos, agentes, instituições e redes de aprendizagem; estimular a busca e o respeito ao “diverso”, e envolver crianças, jovens e adultos, valorizando a aprendizagem entre gerações e pares.

Portanto, em uma sociedade informacional, é imprescindível a participação da comunidade para superar os processos de exclusão. É necessário uma ruptura epistemológica. A educação necessita ser vista como uma prática social concreta e não um fato abstrato, distante, descontextualizado. A escola necessita ser revista, adaptada às novas exigências, expectativas e necessidades de um mundo que está sempre em transformação, que não tem um quadro paradigmático orientador definido e único.

A educação a distância, que ao longo da história passou por distintos períodos, certamente será uma das perspectivas mais viáveis, útil e de enorme aceitação no século XXI. Os

elevados déficits públicos de grande parte dos países, os sucessivos cortes no investimento em educação e na saúde, a necessidade de reduzir gastos com o pessoal, as deficiências no sistema convencional de educação, o incremento e avanços nos recursos tecnológicos, a possibilidade de reciclar e atualizar parte significativa da população conferem à educação a distância credibilidade para, de imediato e a custo reduzido, atender as necessidades de uma sociedade que muda constantemente. Sabe-se que a educação a distância tem acompanhado, de forma mais ágil, as mudanças incorporadas pelas novas tecnologias, possibilitando uma aproximação maior com a realidade dos alunos e ao mesmo tempo tornando a aprendizagem mais dinâmica e interessante. A partir dos anos 90, as novas tecnologias como o *e-mail*, a Internet e as teleconferências permitiram uma espécie de diálogo com o destinatário. Isso representa sem dúvida um progresso, uma possibilidade de interagir. As novas tecnologias podem contribuir com a melhoria do ensino, tanto convencional quanto a distância. Porém, os equipamentos em si só não operam milagres. O mais importante é explorar e aproveitar todos os recursos disponíveis para a construção de uma educação de qualidade, mais humana, solidária, em que o ser humano é o sujeito. A educação a distância é uma tendência no século XXI. Ela não é uma solução para todos os problemas de ensino: apresenta muitas contradições e desafios que necessitam ser superados, porém é uma modalidade de responder aos desafios de igualdade de oportunidades, de educação permanente, de superação dos limites tempo/espaço e restrições econômicas. É uma perspectiva que necessita de investigação para ser mais bem conhecida, melhorada, e de eliminar preconceitos. A educação a distância tem um enorme percurso para percorrer e necessita de saídas urgentes para atender aos desafios.

Ferrer (1998) ressalta que no século XXI necessitamos de uma educação que permita a convivência entre as diferentes culturas, que

dê prioridade ao ensino por toda a vida; que utilize todo o potencial das novas tecnologias; que não se limite às classes; que tenha implicações com a família; que forme para a autonomia e a responsabilidade; uma educação universalista que potencialize o pensamento crítico, criativo e solidário. Santamaría (1998), em seu artigo sobre as transformações sociais e a educação no limiar do século XXI, enfatiza a necessidade de se ter líderes para revolucionar a educação, que é a base do futuro. A educação terá que ser de grande prioridade no futuro. Necessitamos aprender sozinhos, aprender com quem nos rodeia, com os outros países e com as culturas diferentes. Se quisermos manter a escola, necessitamos agitar e revolucionar quase tudo: conteúdos, métodos, edifícios, espaços e sobretudo a visão da realidade. Necessitamos, de maneira urgente, de uma nova arquitetura da educação, capaz de coordenar a educação formal e a informal; capaz de transformar os objetivos, os métodos, os conteúdos, e capaz de oferecer às crianças, aos adolescentes e aos adultos uma autêntica igualdade de oportunidades. Segundo Subirats (1999), as finalidades da educação, na atualidade, parecem estar mais claras que nunca, visto que esta se converteu em um requisito indispensável para viver na nossa sociedade. Por sua vez, o conhecimento é a grande produção do nosso tempo. O autor chama a atenção para a necessidade de a educação formar indivíduos capazes de buscar e manejar por sua conta os conhecimentos propriamente ditos. A competitividade e o economicismo, pilares que são de grande utilidade para forçar o desenvolvimento dos sistemas produtivos, hoje começam a ser valores fortemente daninhos para a sociedade, já que resultam em desigualdades ferozes e constituem uma ameaça para o sistema e a natureza humana. Para o autor, a recuperação do conceito integral de educação, que continua sendo uma utopia, é indispensável na educação do século XXI.

A educação integral e a educação para a cidadania são perspectivas que necessitam ser

retomadas e revalorizadas. Vivemos em uma sociedade baseada na ciência e tecnologia, que, conectada à informática e coordenada pelos grandes conglomerados dos países centrais, comanda a vida das pessoas. O processo de internacionalização, a tendência crescente da centralização do conhecimento e a globalização da economia parecem ser irreversíveis e certamente intensificaram-se no século XXI. Lamentavelmente, na sociedade pós-moderna o importante é o setor produtivo e financeiro; os valores morais, éticos e a solidariedade são constituídos pelo cidadão consumidor. A formação da cidadania é um processo complexo e lento. De acordo com Serrano (1999), a educação para a cidadania é uma exigência da sociedade civil. Sua formação requer democracia, justiça social, igualdade, liberdade, e o processo de cidadania se faz principalmente através de ações concretas e práticas. Uma das possibilidades de se exercer a cidadania é o serviço voluntário. O serviço voluntário é uma perspectiva que está ganhando espaço tanto em países industrializados como em países emergentes. Arron (1999) assinala que atualmente na Grã-Bretanha, Alemanha e França há um crescimento das organizações de voluntariado. Estas organizações estão atuando nos diferentes setores sociais: pobreza, terceira idade, infância, imigrantes, mulher, esporte, meio ambiente, saúde, cooperação internacional, e têm a intenção de garantir que toda pessoa tenha atendidas todas as suas necessidades e tenha uma vida digna. Este serviço traz à população um benefício social e tem uma dimensão educativa, porque estimula os processos de conscientização pessoal e comunitária. São verdadeiras escolas de cidadania.

Analisando o ensino técnico e profissional do século XXI, Power (1999) é do parecer de que a formação deve orientar a satisfação das demandas da sociedade do conhecimento e não das revoluções industriais. A formação técnica e profissional deve ser pensada como um processo para toda a vida e como uma parte integral da educação básica para todos,

auxiliando os alunos a conseguirem êxitos nas competências básicas, como: matemática, língua estrangeira e informática; habilidades mentais como a criatividade, a solução de problemas e a tomada de decisões; habilidades pessoais como a socialização, a auto-estima, a autoconfiança, a autogestão e a integridade.

Rigal (1999), referindo-se à educação para o século XXI, propõe a escola crítico-democrática na América Latina. A escola para a nova época necessita fundamentar-se na vertente crítica do pensamento pós-moderno. É uma concepção teórica que prioriza a análise da produção social e histórica das diferenças e desigualdades com uma intenção totalizadora. Concebe os significados e os textos como práticas materiais estruturalmente determinadas; procura, portanto, ligar a discussão do cultural com uma reflexão sobre suas vinculações e sua determinação pela base material. A escola crítico-democrática é concebida como uma forma político-cultural. É uma maneira de reescrever o institucional de tal forma que facilite a recuperação do sujeito como protagonista, situado temporal e espacialmente a partir do respeito e da aceção do diverso e inacabado. Como síntese, a finalidade da escola do século XXI segundo o autor é construir uma cultura orientada em direção ao pensamento crítico, que pretenda dotar o sujeito individual de um sentimento mais profundo de seu lugar no sistema global, e de seu potencial papel protagônico na construção da história. Em relação às funções, a outra escola terá três funções: a socializadora, práticas educativas democráticas, incluindo a participação dos diversos atores, e reconstrutora. Quanto aos objetivos, a escola crítica e democrática tem um papel relevante na formação de sujeitos políticos: formar governados que possam ser governantes. O tema central da instituição é reivindicar a singularidade da natureza educativa. Deve-se fortalecer os espaços e as tomadas de decisões. Na relação ensino-aprendizagem, deve-se respeitar a importância dos processos como instância de produção

dialógica coletiva e de negociação cultural. O currículo deve ser considerado um produto cultural, núcleo de relações entre a educação e o poder, identidade social e construção de produção de identidades individuais e sociais. Segundo Giroux (1999), a pedagogia crítica é uma maneira de prática social que surge de determinadas condições históricas, contextos sociais e relações culturais. Arraigada a uma visão ética e política, a pedagogia crítica se preocupa com a produção de valores e relações sociais para formar estudantes com uma cidadania crítica e capacidade de negociar e participar nas estruturas mais amplas de poder.

A América Latina apresenta peculiaridades próprias. De modo geral, carece de bens elementares: saúde, educação, trabalho e estabilidade política. As causas da falta de desenvolvimento são históricas e estruturais e caracterizam-se pela desigualdade setorial de produtividade, desarticulação da economia e dependência exterior. A longa história da colonização e da exploração produz preços baixos de seus produtos e da matéria-prima, salários inferiores aos cobrados nas multinacionais e o benefício somente das cúpulas governamentais. Cabe à educação, um dos pilares fundamentais, mudanças da realidade. Os países latino-americanos necessitam de uma educação flexível, capaz de responder às necessidades ao longo de toda a vida. A educação básica deve permitir que a criança e o adolescente cresçam em dimensão ética e cultural, científica, tecnológica, econômica e social. A universidade deve preparar-se e preocupar-se com a educação continuada e garantir o patrimônio cultural. Certamente os países necessitam de ajuda e cooperação internacional para desenvolver-se a curto prazo, porém a assistência necessariamente deve considerar a pluralidade das culturas, o respeito à natureza e a transmissão dos bens culturais e das tradições.

Para concluir, é oportuno afirmar que a educação é um elemento chave de desenvol-

vimento sustentável para a paz e estabilidade de um país, e sobretudo é um direito humano fundamental. No século XXI, a sociedade certamente continuará alcançando avanços em praticamente todas as áreas do saber humano. No campo educativo, nos países latino-americanos, é imprescindível unir esforços dos diferentes segmentos sociais, do governo e organismos não-governamentais, para que:

- a educação infantil seja estendida a todos os meninos e meninas;
- todos os meninos e sobretudo as meninas em idade escolar tenham acesso ao ensino primário gratuito de boa qualidade;
- todos os jovens e adultos tenham acesso aos programas educativos, de preparação profissional e/ou de readaptação profissional ou de educação permanente;
- os governantes elaborem e implantem programas de educação para todos, para a erradicação do analfabetismo;
- seja diminuída drasticamente a porcentagem de analfabetos e de adultos analfabetos funcionais;
- a qualidade de ensino básico, primário e secundário seja melhorada;
- sejam fomentadas políticas públicas por organismos internacionais para diminuir as disparidades entre a educação básica dos países ricos e dos pobres;
- sejam aproveitadas as novas tecnologias da informação e da comunicação para promover a educação para todos;
- sejam incrementados programas para aumentar a participação e retenção dos alunos no sistema escolar;
- sejam mesclados o material didático convencional com as novas tecnologias;
- sejam atendidas, através de adequados programas, as pessoas com alguma incapacidade física e psicológica;
- o Banco Mundial, os bancos regionais de desenvolvimento, assim como o setor privado, sejam mobilizados para oferecer subsídios e assistência para projetos educativos;

- os recursos públicos, assim como os donativos, sejam controlados para serem aplicados nos programas educativos;
- haja uma assistência e acompanhamento da educação para todos;
- que sejam criados Fóruns de Educação para Todos em diferentes países da América Latina para acompanhar o desenvolvimento;
- sejam criados programas especiais para atender crianças, jovens e adultos afetados por HIV/AIDS, a fome ou a má saúde ou dificuldades na aprendizagem;
- sejam propiciados aos professores recursos de reciclagem, de atualização na área pedagógica, porém contextualizados;
- seja utilizada na alfabetização inicial a língua local;
- nas reformas educativas, os diferentes atores sociais tenham participação, representação e voz;
- as reformas educativas tenham uma preocupação com a formação de cidadãos críticos, reflexivos, capazes de transformar a realidade;
- haja uma inversão nas condições de trabalho e no salário dos professores;
- as políticas públicas levem em consideração as reais necessidades e não critérios político-partidários;
- a organização curricular seja flexível e enfatize mais a formação que a informação.

As sugestões apresentadas são algumas perspectivas concretas de mudanças na educação, principalmente nos países emergentes, porque nos países desenvolvidos já são contempladas a maioria das sugestões. Sabe-se que uma verdadeira revolução na educação não poderá ocorrer sem uma revolução do atual quadro político, econômico, social e cultural imposto para os países emergentes, e certamente a educação por si só não terá as condições de em curto prazo transformar a sociedade, porém através de uma verdadeira educação e conscientização é possível começar o processo de reversão e de humani-

zação. Para modificar as políticas públicas, é indispensável a transformação dos atuais quadros de referência ideológica, moral, social e cultural. Portanto, uma disposição política é condição imprescindível para uma verdadeira revolução paradigmática.

REFERÊNCIAS

- ARRON, J. N. Educar para una nueva ciudadanía: el voluntariado social. *Bordón*, Madrid, v.49, n.1, p.15-25, 1999.
- BOHORQUEZ, A. G. Las nuevas tecnologías en el siglo XXI. La demografía. *Acontecimiento*, Madrid, v.15, n.50, p.12-14, especial número, 1999.
- CARDÓN, J. L. R. Iberoamérica hoy: ¿ más democracia y menos justicia? *Acontecimiento*, Madrid, v.15, n.50, p.35-42, especial número, 1999.
- CORZO, J. L. La educación de la fe ante el nuevo milenio. *Sinite*, Madrid, n.122, p.457-476, sep./dic. 1999.
- FERRER, F. Educación y sociedad: una nueva visión para el siglo XXI. *Revista Española de Educación Comparada*, Madrid, n.4, p.11-36, 1998.
- FLECHA, R.; TORTAJADA, I. Retos y salidas educativas en la entrada de siglo. In: IMBERNÓN, F. (org.). *La educación en el siglo XXI: los retos del futuro inmediato*. Barcelona: Graó, 1999. p. 13-28.
- GIROUX, H. Pedagogía crítica como proyecto de profecía ejemplar: cultura y política en el nuevo milenio. In: IMBERNÓN, F. (org.). *La educación en el siglo XXI: los retos de un futuro inmediato*. Barcelona: Graó, 1999. p. 53-62.
- GÓMEZ-BEZARES, F.; EGUIZÁBAL, J. El nuevo escenario de las relaciones entre economía y política educativa para el siglo XXI. Innovaciones en el poder económico, procesos de decisión, autonomía de gestión y compromisos éticos de sus actores. *Revista de Ciencias de la Educación*, Madrid, n.178/179, p.261-278, abr./set.1999.

- GURTNER, J. L. et al. Nuevas tecnologías, educación y formación: un esfuerzo necesario de adaptación a los cambios sociales. *Revista Española de Educación Comparada*, n.4, p.51-67, 1998.
- HARGREAVES, A. O ensino como profissão paradoxal. *Pátio*, v.4, n.16, p.13-18, fev./abr. 2001.
- IMBERNÓN, F. Entrevista. *Pátio*, Porto Alegre, v. 4, n.16, p.35-38, 2001.
- IMBERNÓN, F. (org.). *La educación del siglo XXI: los retos del futuro inmediato*. Barcelona, Grao, 1999.
- KORSGAARD, O. El aprendizaje de las personas adultas del siglo XXI. *Educación de Adultos y Desarrollo*, Bonn, v.49, p.9-30, 1997.
- LAMPERT, E. Educación a distancia: elitización, o alternativa para democratizar la enseñanza? *Perfiles Educativos*, México, v.21, n.88, p. 89-111, 2001.
- LAMPERT, E. O professor universitário e a tecnologia. *Revista Galego-Portuguesa de Psicología y Educación*, La Coruña, n.5, v.6, p.55-64, 2001.
- POWER, C. N. La enseñanza técnica y profesional en el siglo XXI. *Perspectivas*, v.29, n.1, p.33-41, mar. 1999.
- PUIGGRÓS, A. Crónica de la educación en Latinoamérica. *Cuadernos de Pedagogía*, Barcelona, n.286, p.56-60, dic. 1999.
- RIGAL, L. La escuela crítico-democrática: una asignatura pendiente en los umbrales del siglo XXI. In: IMBERNÓN, F. (org.). *La educación en el siglo XXI: los retos del futuro inmediato*: Barcelona: Graó, 1999. p. 147-170.
- SANTAMARÍA, F. R. Cambio social y educación en el umbral del siglo XXI. *Revista Española de Educación Comparada*, Madrid, n.4, p.37-50, 1998.
- SERRANO, G. P. Educación para la ciudadanía: una exigencia de la sociedad civil. *Revista Española de Pedagogía*, n.213, p.245-278, mayo/ago. 1999.
- SOARES, J. C. Repensando a noção de progresso globalizado. *Sociedad y Utopía*, Madrid, n.12, p.155-162, nov. 1998.
- SUBIRATS, M. La educación del siglo XXI: la urgencia de una educación moral. In: IMBERNÓN, F. (org.). *La educación del siglo XXI: los retos del futuro inmediato*. Barcelona, Grao, 1999. p. 171-180.
- TORRES, R. M. *Itinerários pela educação latino-americana*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- UNESCO. Marco de Acción de Dakar. Educación para todos: cumplir nuestros compromisos comunes (adoptado en el Foro Mundial sobre la Educación). Dakar, Senegal, 26-28, abr. 2000.